
AS CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NO DESENVOLVIMENTO DO CONTROLE SOCIAL: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS CONSELHEIROS MUNICIPAIS DO RECIFE SOBRE A UTILIDADE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Juliana Cândida Ribeiro Dias¹

Marco Tullio de Castro Vasconcelos²

▪ Artigo recebido em: 20/06/2012 ▪▪ Artigo aceito em: 07/05/2015 ▪▪▪ Segunda versão aceita em: 21/08/2015

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo verificar se na percepção dos conselheiros municipais do Recife as informações contábeis são úteis ao exercício do controle social. A utilidade da informação contábil será mensurada levando-se em consideração as características qualitativas da informação contábil, uma vez que, segundo a Resolução CFC 1121/08, a informação contábil será considerada útil se possuir todos os atributos qualitativos da informação como compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade. Esta pesquisa parte do pressuposto que para que haja um controle social efetivo é necessário que os agentes sociais tenham acesso a informações contábeis úteis que auxiliem na tomada de decisão destes usuários. Desta forma esta pesquisa torna-se relevante porque vem mostrar a percepção de alguns usuários a respeito da informação contábil. O método utilizado foi o indutivo. Foi aplicado um questionário aos conselheiros de seis conselhos municipais do Recife, que foram escolhidos a partir de amostragem aleatória simples. A amostra foi composta por 51 respondentes. Após as análises dos resultados, concluiu-se que os conselheiros municipais do Recife não percebem todos os requisitos qualitativos necessários para que a informação seja considerada útil, sendo indícios de que o processo de comunicação da informação contábil não está sendo eficiente.

Palavras-Chaves: Informação contábil; Controle Social, Característica qualitativa da informação.

¹ Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Contadora da UFPE. Endereço: Av. dos Funcionários, s/n, Cidade Universitária, CEP: 50740-580 - Recife, PE – Brasil. E-mail: juliana_cribeiro@yahoo.com.br. Telefone: (81) 2126-8668.

² Doutor Em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Adjunto 3 da UFPE. Endereço: Av. dos Funcionários, s/n, Cidade Universitária, CEP: 50740-580 - Recife, PE – Brasil. E-mail: mtullio2@yahoo.com.br.

QUALITATIVE CHARACTERISTICS OF ACCOUNTING INFORMATION IN THE DEVELOPMENT OF SOCIAL CONTROL: AN ANALYSIS OF THE PERCEPTION OF THE RECIFE COUNCILORS ABOUT THE USEFULNESS OF ACCOUNTING INFORMATION

ABSTRACT

This study aimed to determine whether the perception of the Recife councilors accounting information are useful to the exercise of social control. The usefulness of accounting information is measured taking into account the qualitative characteristics of accounting information, since, according to CFC Resolution 1121/08, accounting information will be useful if you have considered all of the information quality attributes understandability, relevance, reliability and comparability. This research assumes that for there to be an effective social control is necessary that social workers have access to useful financial information to assist in decision making of users. Thus research is relevant because it goes to show that the perception of some users regarding account information. The method used was inductive. We administered a questionnaire to the directors of six municipal councils of Recife, which were chosen from a simple random sample. The sample comprised 51 respondents. After analysis of the results, we concluded that the municipal council of Recife do not realize all the requirements needed for the qualitative information is considered useful, with indications that the communication process accounting information is not being efficient

Key Words: Accounting information; Social Control; Feature qualitative information.

1 INTRODUÇÃO

As mudanças ocorridas no cenário mundial, aliadas ao processo de redemocratização do país, iniciado na década de 80 e consolidado com a Constituição de 1988, redefiniu o papel do Estado como principal agente do desenvolvimento econômico e social, passando a ser introduzido um conjunto de práticas corporativas na administração pública, caracterizadas pelo aumento das responsabilidades dos gestores, pela mudança de enfoque do controle de processos para o controle de resultados e por uma maior rigidez nas especificações de desempenho (OLIVEIRA, 2007).

Buscava-se, com isso, o aumento da efetividade e eficiência do setor e maior responsabilização das agências governamentais frente aos clientes e consumidores do serviço público. Neste momento, surge um novo desafio para administração pública brasileira, superar as velhas formas de gestão. (BRESSER PEREIRA, 2000)

Concomitante a essas transformações políticas que redundaram no retorno ao regime democrático, segundo Oliveira (2007), assiste-se ao ensaio de uma redefinição na gestão pública. Tais mudanças consistem na adequação

do poder público à nova realidade política do país, onde se substitui a estrutura autoritarista por uma democrática, e esta, tem o cidadão como ator principal.

No Brasil, o processo de resgate da cidadania envolve a demanda crescente por participação e acesso a informação. Neste contexto, a sociedade passa a influenciar o Estado, cobrando transparência e resultados na utilização dos recursos públicos (MAWAD, 2002).

O direito de acesso à informação pública, conforme o trabalho de Bugarić (2005), é o primeiro passo para uma administração pública ser mais transparente. É o direito juridicamente protegido de acesso a todos os documentos e outras informações públicas que a legislação designa como público.

Portanto, o acesso à informação é uma pré-condição para a participação da sociedade nos trabalhos da administração pública, pois permite aos cidadãos conhecer o conteúdo dos regulamentos e outros atos da administração e, desta maneira participar das decisões tomadas pelos entes públicos (BUGARIĆ, 2005).

Neste sentido, tem-se de um lado um governo buscando ser mais transparente e democrático e uma sociedade querendo ser mais participativa e ter acesso às informações e do outro a contabilidade que tem por objetivo principal o de prover o usuário de informações que atendam as suas necessidades e ajudem na tomada de decisão.

Então, devido a este processo de busca pela informação para exercício do controle social, a administração utiliza a contabilidade para se comunicar com a sociedade. Onde no processo de comunicação e de divulgação das informações, cabe ao emissor (Contador), usar a mensagem (linguagem), o canal de comunicação (demonstrativos e/ou relatórios) adequado para a boa compreensão do receptor (usuários das informações).

A informação contábil deve ser elaborada não para seus profissionais, mas sim, para os interessados no acompanhamento da entidade pública para que possa ser um dos instrumentos do Controle Social. Neste sentido, para que a informação contábil seja útil aos seus usuários, segundo a NBC T1 (Resolução CFC nº 1121/08), é preciso que possua as características qualitativas da informação: compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade.

O desenvolvimento do controle social, conforme Carlos (2009), tem caminhado junto com a mudança cultural do povo brasileiro no que diz respeito à cidadania. A participação da sociedade no controle da Administração Pública se dá na medida em que cresce a consciência do exercício de uma cidadania ativa, que passa não apenas pela exigência de que sejam atendidos direitos individuais, mas, acima de tudo, que sejam atendidos os direitos do conjunto da sociedade, por ser um espaço de conquistas coletivas.

Surge, neste contexto, a criação de Conselhos Municipais que possibilita à sociedade estender o sentido da participação, interferindo sobre a definição de macroprioridades e sobre a gestão das políticas, tendo em vista que as regras para o seu funcionamento permitem que a sociedade tenha acesso aos projetos do governo, juntamente com os modelos de implementação das

políticas e suas programações orçamentárias. Em suma, essas regras propiciam o acesso a informações importantes não só para que os Conselhos interajam com o poder público, mas também para que possam difundir e processar essas informações entre a sociedade, a fim de gerar estratégias de ação política (SANTOS, 2004).

Portanto, não basta divulgar informações, é preciso ser transparente evidenciando informações que possuam os atributos ou características que conferem qualidade à informação contábil como, relevância, compreensibilidade, confiabilidade e comparabilidade da informação, pois a ausência de tais atributos pode prejudicar o processo decisório dos usuários de tais informações.

Além disso, não basta que as informações sejam revestidas de qualidade se esta não for percebida por seus usuários. Por isso, considerando que a informação contábil é uma mensagem e os Conselheiros Municipais são um dos receptores, a percepção dos conselheiros acerca da utilidade da informação contábil para o controle social será mensurada a partir dos requisitos dispostos na NBC T1 (compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade).

Diante do exposto esta pesquisa tentará responder a seguinte questão: Qual a percepção dos Conselheiros Municipais do Recife a respeito da utilidade da informação contábil para o exercício do Controle Social?

2 A COMUNICAÇÃO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

O papel da informação contábil no processo de decisão de diversos usuários consiste na redução de incertezas em cenários marcados por constantes mudanças. Neste contexto, a importância da Teoria da Comunicação, em uma abordagem interdisciplinar, está associada, segundo Pereira; Ribeiro Filho e Fragoso (2004), à análise da relação entre o emissor e o receptor da informação, buscando melhorias no processo de comunicação das informações e evitando possíveis ruídos que interfiram no objetivo principal da mensagem.

No entanto, para Dias *et al* (2004), o ponto principal não se centra em questionar a importância da comunicação, mas a qualidade da informação compartilhada entre quem a emite e quem a recebe.

CARVALHO (1991) já se referia à importância da comunicação contábil, destacando que, no século XXI, o Contador seria, por excelência, o comunicador da vida empresarial e acrescentava que a vida desse profissional seria cada vez mais dedicada ao aperfeiçoamento da comunicação.

A teoria contábil pode ser analisada sob várias abordagens ou enfoques, através dos quais se busca observar, entender, explicar e inferir acerca de uma situação, fato ou fenômeno, no intuito, inclusive, de solucionar problemas complexos em contabilidade (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 2009).

Dentre as várias abordagens adotadas, destaca-se a da Teoria da Comunicação, haja vista que a Contabilidade “[...] pode ser conceituada como o método de identificar, mensurar e comunicar informação econômica,

financeira, física e social, a fim de permitir decisões e julgamentos adequados por parte dos usuários da informação" (IUDÍCIBUS, 2004).

Conforme Dias Filho e Nakagawa (2001), os componentes do processo de comunicação são:

- Emissor: indivíduo que tem por finalidade codificar a mensagem e torná-la compreensível ao destinatário (Contador);
- Mensagem: reunião inteligível de códigos (símbolos) que permitam o elo de comunicação entre o emissor e o receptor;
- Canal: meio utilizado para transportar a mensagem ao destinatário;
- Receptor: destinatário da mensagem (Usuário).

Segundo Pereira, Fragoso e Ribeiro Filho (2004), no processo de evidenciação contábil, identifica-se o contador como emissor da mensagem, esta como a reunião de informações (quantitativas e qualitativas) apuradas através da observação, registro e análise de eventos econômicos e financeiros, processo realizado de acordo com os princípios e normas de Contabilidade; o canal engloba desde os demonstrativos oficiais (Balanços, Demonstração de Resultados etc.) e relatórios gerenciais até utilização de sites institucionais (Internet) e outros meios de veiculação das informações contábeis aos seus respectivos destinatários ou receptores (usuários da informação).

A informação contábil elaborada deve ser compreensível, pois, segundo Guerreiro (1989), caso isso não ocorra o usuário tenderá a ignorá-la, sentindo-se estimulado a criar outros meios paralelos e informais para suprir suas necessidades. O emissor, portanto, não pode esquecer que a informação deve ser apropriada ao nível de conhecimento e à necessidade informacional do receptor (usuário), para que o mesmo possa utilizá-la no seu processo decisório.

Neste processo de informação contábil entre emissor e receptor, toda informação, segundo Dias et al (2004), está sujeita à ação de fatores externos e internos que podem comprometer sua clareza, dentre os quais, vale destacar os termos estritamente técnicos, usados pelos profissionais da área contábil, e certos estrangeirismos produtores de ruídos por consubstanciarem decisões tomadas equivocadamente e, por conseguinte, fatos que não deveriam acontecer.

Libonati e Souto Maior (1996) apud Campelo (2007) relaciona alguns ruídos que podem ocorrer dificultando ou mesmo impedindo o processo de comunicação contábil, são eles:

- Terminologia Contábil: os usuários não compreendem de forma adequada os termos técnicos utilizados no processo de comunicação;
- Quantidade de Informação Divulgada: a sobrecarga de informação divulgada pode, além de ocasionar a geração de custos adicionais para a empresa, confundir o usuário implicando na redução da eficiência da sua análise;
- Capacidade de Entendimento: a compreensão da informação contábil divulgada depende do conhecimento contábil que o usuário possui, haja vista

que a ausência ou o pouco conhecimento nesse assunto dificulta o entendimento da mensagem.

Nessa mesma linha de raciocínio, Hendriksen e Van Breda (2009) ressaltam que "devido às limitações de atenção e da capacidade de compreensão dos seres humanos, os dados contábeis precisam ser resumidos para terem significado e serem úteis". Advertindo, ainda, que "títulos e descrições apropriados dos itens contidos nas demonstrações podem ser esclarecedores para o leitor, mas termos obscuros só podem levar à confusão ou incompreensão".

Portando, as informações prestadas pela contabilidade devem ser úteis e chegar junto aos seus usuários a tempo de influenciar as decisões e não serem apenas dados. Esta distinção é apresentada por Hendriksen e Van Breda (2009), ao afirmarem: "a informação é aquela possuidora de efeito surpresa, capaz de influenciar decisões, enquanto o dado é desprovido de utilidade (relevância), portanto, insuficiente para fundamentar as decisões ou escolhas cotidianas no mundo empresarial."

3 ATRIBUTOS NECESSÁRIOS À INFORMAÇÃO CONTÁBIL

A assimetria informacional tem sido uma das causas do afastamento ocorrido entre o Estado e a Sociedade. Este afastamento, por sua vez, deve-se ao fato das informações entre estes dois sujeitos não serem prestadas de forma eqüitativa, clara e entendível, fazendo com que não exista comunicação eficiente.

A Contabilidade, na sua condição de ciência social, cujo objeto é o Patrimônio, busca, por meio da apreensão, da quantificação, da classificação, do registro, da eventual sumarização, da demonstração, da análise e relato das mudanças sofridas pelo patrimônio da Entidade particularizada, a geração de informações quantitativas e qualitativas sobre ela, expressas tanto em termos físicos quanto monetários (Resolução CFC nº 1121/08 – NBC T1).

As informações geradas pela Contabilidade, segundo a NBC T1, devem propiciar aos seus usuários base segura às suas decisões, pela compreensão do estado em que se encontra a Entidade, seu desempenho, sua evolução, riscos e oportunidades que oferece.

Segundo Frezatti, Aguiar e Rezende (2007), a utilidade da informação contábil decorre do potencial que possui em influenciar o processo de tomada de decisão dos usuários. Para ser considerada útil, conforme o International Accounting Principles Board (IASB, 1989), uma informação contábil requer um conjunto de características denominadas qualitativas.

No Brasil, o CFC, através da Resolução nº 1.121/08 que aprova a NBC T1, relaciona os atributos indispensáveis às informações contábeis, com o intuito de promover divulgação satisfatória sobre a Entidade, facilitando a realização dos propósitos dos usuários, são eles: confiabilidade (veracidade, completeza e pertinência), relevância, compreensibilidade e comparabilidade.

Porém, tais características não devem ser observadas de forma individual (PEREIRA, FRAGOSO e RIBEIRO FILHO, 2004), ou seja, a qualidade da informação está condicionada à observação de todos esses requisitos de forma simultânea, que como bem ressaltam Aguiar, Frezatti e Rezende (2005) devem estar presentes tanto na informação contábil financeira como também na informação contábil gerencial.

3.1 Compreensibilidade

Segundo Santos e Vasconcelos (2006), a compreensibilidade fundamenta-se no fato de que a informação somente terá utilidade para o usuário se ele conseguir entendê-la, ou seja, este atributo obedece à clareza e à objetividade na divulgação da informação contábil.

Hendriksen e Van Breda (2009) afirmam que para que haja um processo de comunicação eficaz, a informação contábil deve ser compreensível aos receptores, de forma a ser clara e elucidativa, para que não gere confusões de entendimento.

O FASB (1980) classificou a compreensibilidade como uma das características que auxiliam o usuário a entender as informações contábeis. Porém, tal atributo requer que os usuários possuam um nível mínimo de conhecimento e de especialização (FASB, 1980), para então compreender e interpretar tal informação e utilizá-la em seu processo decisório.

Por fim, Campelo (2007) diz que a literatura aponta a compreensibilidade como uma das características vitais à eficácia da informação contábil, dessa forma, é necessária que as demonstrações contábeis se apresentem compreensível, principalmente para aqueles usuários que não possuem poder a ponto de determinar quais informações devem ser divulgadas.

3.2 Relevância

Para serem úteis, as informações devem ser relevantes às necessidades dos usuários em suas tomadas de decisões. As informações são relevantes quando influenciam as decisões econômicas dos usuários, ajudando-os a avaliar o impacto de eventos passados, presentes ou futuros, confirmando ou corrigindo as suas avaliações anteriores (COSTA, 2010).

Para Hendriksen e Van Breda (2009), a informação está dotada de relevância quando for pertinente à questão em análise. Fuji e Slosmk (2003) colocam que as informações contábeis, para serem relevantes no processo decisório, precisam servir de insumo para o modelo de tomada de decisão.

O FASB (1980) conceitua relevância como sendo a capacidade que a informação tem de "fazer diferença" em uma decisão.

A relevância da informação está em fornecer aos usuários condições de fazer predições sobre o resultado de eventos passados, presentes e futuros (valor preditivo), ou confirmar ou corrigir expectativas anteriores (valor de feedback), além de estar disponível a quem deseja tomar decisão antes de perder sua capacidade de influenciar a decisão (oportuna) (Hendriksen e Van Breda, 2009).

3.3 Confiabilidade

É a qualidade da informação que garante que a mesma seja razoavelmente livre de erro e viés e represente fielmente o que visa representar (Hendricksen e Van Breda 2009).

É imprescindível para qualquer informação ser confiável e oferecer segurança aos usuários. O CFC (1995) afirma que a confiabilidade é atributo que faz com que o usuário aceite a informação contábil e a utilize como base de decisões, configurando, pois, elemento essencial na relação entre aquele e a própria.

3.4 Comparabilidade

É a qualidade da informação que permite aos usuários identificar as semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos econômicos. (Hendricksen e Van Breda 2009).

A comparabilidade deve possibilitar ao usuário o conhecimento da evolução entre determinada informação ao longo do tempo, numa mesma Entidade ou em diversas Entidades, ou a situação destas num momento dado, com vista a possibilitar-se o conhecimento das suas posições relativas (CFC, 1995).

A comparabilidade aumenta a utilidade da informação ao passo que permite a realização de comparações da mesma entidade em períodos distintos, bem como com outras entidades e o seu objetivo é facilitar previsões e decisões financeiras, para tanto, depende da uniformidade e consistência dos dados e informações (FUJI e SLOMSKI, 2003).

4 USUÁRIO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NO SETOR PÚBLICO

A informação contábil é uma ferramenta importante para o sucesso de qualquer entidade, mas não deve apenas se restringir ao atendimento das determinações legais, pois deve contribuir decisivamente para a tomada de decisão pelos gestores, bem como por outros usuários interessados nas informações (como acionistas, investidores, empregados, sociedade, etc). Assim, torna-se necessário proporcionar informações que satisfaçam efetivamente a todos esses usuários (PEREIRA E SILVA, 2006).

Iudícibus (2004), de forma sintética, revela que “o objetivo básico da Contabilidade, [...], pode ser resumido no fornecimento de informações econômicas para os vários usuários, de forma que propiciem decisões racionais”. Defende ainda que cada grupo de usuário possui objetivos e necessidades diferentes, devendo ser uma preocupação do contador como gerar informação útil que possibilite a tomada de decisão.

Nesta esteira, Dias Filho (2000) defende que além de interpretar e atender às novas necessidades dos usuários tradicionais deve-se também identificar e satisfazer outros agentes que demonstrem interesse em informações de natureza contábil e que já surgem com expectativas diferentes e até mais sofisticadas.

A informação contábil, em geral, destina-se a apoiar decisões dos agentes econômicos. O seu papel relaciona-se com a redução do nível de incerteza que rodeia os processos de tomada de decisão. Para Vela BARGUES (1992) Apud Carlos (2009), no caso do setor público, a informação contábil possui algumas peculiaridades:

1) Em primeiro lugar, os elementos ambientais externos: heterogeneidade, fragmentação do poder, responsabilidade e ausência de mercado;

2) Em segundo lugar, os elementos internos: prestação de um serviço como prioridade, ausência de fins lucrativos, dificuldades na medição do "output", sentido diferente de proveito, ênfase na posição financeira, importância do orçamento e importância da legalidade.

Assim podem ser identificados os seguintes grupos de usuários da informação contábil no setor público:

Quadro 1 – Usuários da informação contábil do setor público

Grupo	Cidadãos	Membros do Legislativo e Controle	Investidores e credores
Descrição	Contribuintes, Eleitores, Recebedores de Serviços, Associações ou grupos de defesa dos cidadãos, Cidadãos em geral e Estudiosos das Finanças Públicas	Vereadores, Deputados e Senadores, Organizações não-governamentais, Câmaras de comércio, Conselhos de Políticas Públicas, Tribunais de Contas e demais órgãos de controle.	Pessoas que individualmente se convertem em credores ou investidores, Instituições investidoras ou credoras, Subscritores de títulos, Instituições financeiras, Agências de classificação de risco

Fonte: Carlos (2009).

Com o advento da LRF, consideram-se os principais destinatários da informação contábil do setor público os cidadãos e as instituições da sociedade. Segundo o art. 49, estes poderão consultar e apreciar as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo, que ficarão disponíveis no Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração (CAMPOS, 2007).

5 CONTROLE SOCIAL E OS CONSELHOS MUNICIPAIS

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, adotou-se no Brasil uma perspectiva de democracia representativa e participativa, incorporando a participação da comunidade na gestão das políticas públicas (GARCIA, 2010). Diversos mecanismos dessa nova prática vêm sendo implementados no Brasil, como Orçamento participativo, plebiscito e iniciativa popular que são alguns dos mecanismos encontrados para a efetiva prática desse espírito constitucional. No entanto, a participação da sociedade nas funções de planejamento, monitoramento, acompanhamento e avaliação de resultados das políticas públicas têm demandado a institucionalização de órgãos colegiados deliberativos, representativos da sociedade, de caráter permanente. (PEDRINI, 2007 Apud GARCIA, 2010).

Com a Constituição de 1988, de acordo com Bugarin (2003), o controle tornou-se universal, abrangendo todos os atos da administração, seja despesa ou receita, além de recair sobre cada agente da administração responsável por bens e valores públicos. Nota-se também que a carta magna ampliou a abrangência do controle, a inclusão do controle social e a avaliação do cumprimento das metas do governo.

O controle social pode ser definido como um instrumento disposto pelo constituinte para que se permita a atuação da sociedade no controle das ações do Estado e dos gestores públicos, utilizando de qualquer uma das vias de participação democrática (CASTRO, 2007).

O controle sobre a administração pública tem, de acordo com Umann (2008), além da fiscalização das contas, a função precípua de dar transparência, publicidade e legitimidade aos atos dos órgãos responsáveis pela execução de políticas públicas. Controle, fiscalização e acompanhamento tomam um sentido muito próximo quando nos referimos aos conselhos sociais que atuam no controle social da administração pública.

Segundo Ribeiro (2010), a retomada do processo de democratização no Brasil propiciou, portanto, o surgimento de um conjunto de instituições que ampliaram os espaços de participação social nos assuntos públicos. A Constituição Federal de 1988 previu, por exemplo, a criação de conselhos gestores de políticas públicas, os chamados Conselhos Municipais e sendo o Controle Social a capacidade que tem a sociedade organizada de atuar nas políticas públicas, em conjunto com o Estado, para estabelecer suas necessidades, interesses e controlar a execução destas políticas.

5.1 Conselhos Municipais

Os conselhos são instrumentos que pode viabilizar a participação ativa de cidadãos na gestão da coisa pública. Esses, de maneira geral, têm a competência de formular estratégias, controlar a execução das políticas sociais e propor mudanças de forma a torná-la mais resolutiva.

São considerados espaços públicos de composição plural e paritária entre o Estado e a sociedade civil, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais. Os conselhos são vistos como o principal canal de participação popular encontrado nas três instâncias de governo (federal, estadual e municipal) de acordo com o Portal da Transparência (2010).

Os conselhos podem ser entendidos como "instituições híbridas", por serem constituídas, de um lado, por representantes do Estado, e do outro, por representantes da sociedade, com poderes consultivos e/ou deliberativos que reúnem a um só tempo, elementos da democracia representativa e da democracia direta (CRAGNAZAROFF e ABREU, 2009)

Devendo ser compostos por um número par de conselheiros, sendo que, para cada conselheiro representante do Estado, haverá um representante da sociedade civil (exemplo: se um conselho tiver 14 conselheiros, sete serão representantes do Estado e sete representarão a sociedade civil). Mas há exceções à regra da paridade dos conselhos, tais como na saúde e na

segurança alimentar. Os conselhos de saúde, por exemplo, são compostos por 25% de representantes de entidades governamentais, 25% de representantes de entidades não-governamentais e 50% de usuários dos serviços de saúde do SUS (Portal da Transparência, 2010).

A descentralização de algumas políticas sociais aconteceu de forma atrelada à existência de espaços de participação da sociedade através dos Conselhos, e a transferência de recursos para as esferas subnacionais condicionava-se a essa premissa. De início, a presença de Conselhos no âmbito dos municípios estava fortemente associada à criação de uma política pública no plano federal que garantisse acesso ao fundo público para o desenvolvimento de tal política (TOMAZELLI *et al*, 2008).

A criação de Conselhos a partir do plano federal demonstra, de certa maneira, que a maioria dos municípios não instituiu os Conselhos por iniciativa própria, como mecanismo de fortalecimento da participação da sociedade, mas pela quase obrigatoriedade. Por outro lado, as demandas da sociedade pela criação de Conselhos também estavam vinculadas à possibilidade de implementar políticas, isto é, se estas tivessem bases de financiamento. Isso explica o reduzido número de Conselhos de Política Urbana (SANTOS, 2004).

De qualquer forma, para Santos (2004), a sedimentação dos Conselhos obrigatórios nos municípios abriu espaço para demandas de novos Conselhos, geralmente ligados à defesa de direitos de grupos específicos, como o das mulheres, o dos idosos e o de pessoas portadoras de deficiência. Também abriu espaço para a criação de Conselhos voltados unicamente ao controle social referente a determinados programas, como são os casos dos programas Bolsa Escola e Alimentação Escolar, e a problemas específicos, como o Conselho Antidrogas.

Para CEPAM (2001), os conselhos surgem como instrumentos habilitadores do processo de descentralização e municipalização das políticas sociais no âmbito local. As gestões municipais devem ver os conselhos não como um empecilho, mas como um parceiro nas decisões.

Os conselhos gestores de políticas públicas são canais participativos, propiciadores de um novo padrão de relações entre o Estado e a sociedade, principalmente em nível municipal, já que, em tese: (i) viabilizam a participação dos diferentes segmentos sociais na formulação das políticas sociais; (ii) possibilitam à população o acesso aos espaços onde são realizadas decisões políticas; (iii) criam condições para um mecanismo de vigilância sobre as gestões públicas, implicando em maior efetividade na prestação de contas do Poder Executivo (GOHN, 2006).

É importante considerar que os conselhos municipais possuem três funções básicas para o processo de fortalecimento da gestão descentralizada local: função deliberativa, consultiva e fiscalizadora.

Em primeiro lugar, segundo CEPAM (2001), os conselhos são instâncias colegiadas deliberativas, pois, no âmbito de sua respectiva esfera de atuação, atuam como órgão deliberativo, por exemplo, sobre a elaboração da proposta orçamentária; a formulação de estratégias das políticas sociais; diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos municipais de saúde, educação,

assistência social; cronograma de transferência de recursos financeiros aos municípios; a convocação extraordinariamente das Conferências de Saúde e Assistência Social – para avaliar a situação dessas áreas e propor as diretrizes para a formulação de cada uma dessas políticas.

Em segundo lugar, os conselhos municipais atuam como órgãos consultivos, principalmente ao assistir a autoridade local no processo de planejamento das políticas sociais; ao propor critérios para a definição de parâmetros da extensão dessas políticas, etc. Essa função está ligada à importância da posição do Conselho quanto ao objeto da consulta, mas também decorre da legitimidade que a Constituição de 1988 lhe atribui, por ser órgão cuja composição deve ser representativa da comunidade (CEPAM, 2001).

Uma terceira função refere-se ao caráter fiscalizador. Os conselhos atuam como órgãos de fiscalização quanto à: movimentação dos recursos financeiros das políticas sociais; aplicação dos critérios estabelecidos pelas esferas de governo federal e estadual, relativos à fixação de valores a serem transferidos aos municípios; execução das políticas sociais, inclusive nos aspectos econômico e financeiro; acompanhamento e controle da atuação do setor privado das áreas sociais - filantrópico ou lucrativo -, credenciado mediante contrato ou convênio (CEPAM, 2001).

A função fiscalizadora atribui ao conselho o papel de apurar irregularidades e de levar ao conhecimento da autoridade administrativa, do Tribunal de Contas ou do Ministério Público, conforme o caso, para as providências cabíveis.

Segundo Cragazaroff e Abreu (2009), os conselhos setoriais foram criados em diversas áreas, e tornaram-se parte da arquitetura institucional de importantes políticas setoriais brasileiras como educação, assistência, criança e adolescentes e saúde a partir da Constituição de 1988. Porém, obstáculos à participação popular na gestão pública precisam ser vencidos, segundo Erundina (1996), como: a dificuldade de acesso às informações da gestão pública; a descontinuidade das administrações municipais; a falta de institucionalização dos mecanismos de participação popular; a falta de autonomia do ponto de vista normativo na geração de leis e em relação à economia e a falta de organização e de politização dos setores populares.

Mas, para se enfrentar esses desafios é preciso que os conselheiros tenham acesso às informações para participarem ativamente das ações governamentais, pois sem informação não podem discutir igualmente com os representantes municipais sobre os problemas sociais. Para Santos (2004), é preciso estabelecer mecanismos que garanta a transparência das informações, tornando-as de fácil entendimento para o conjunto dos Conselheiros, o tempo necessário para que estes as decodifiquem, e, às vezes, para a contratação de assessoria, trata-se de um importante desafio, pois são grandes as possibilidades de os Conselhos absorverem questões administrativas ou tomarem decisões sobre questões de difícil entendimento sem as informações necessárias, como é o caso de aprovação do orçamento ou da prestação de contas de determinado programa ou, ainda, da celebração, renovação ou cancelamento de convênios da prefeitura com os prestadores de serviço.

Os mecanismos de controle, de acordo com Carvalho Filho (2007), vão assegurar a garantia dos administrados e da própria administração no sentido de ver alcançados esses objetivos e não serem vulnerados direitos subjetivos dos indivíduos nem as diretrizes administrativas.

Segundo Gohn (2001), a participação, para ser efetiva precisa ser qualificada, ou seja, não basta a presença numérica das pessoas porque o acesso está aberto. É preciso dotá-las de informações e de conhecimentos sobre o funcionamento das estruturas estatais. Não se trata, em absoluto, de integrá-la, incorporá-las à teia burocrática. Elas têm o direito de conhecer essa teia para poder intervir de forma a exercitar uma cidadania ativa, e não uma cidadania regulada, outorgada, passiva. Os representantes da população têm que ter igualdade de condições para participar, tais como acesso às informações, que estão codificadas nos órgãos públicos (GOHN, 2001).

Diante desta perspectiva, este trabalho busca verificar como a informação contábil está sendo percebida por esses usuários (Conselheiros Municipais) e se esta está atendendo aos requisitos qualitativos da informação para que esta seja considerada útil.

6 PROCEDER METODOLÓGICO

Como público-alvo desta pesquisa foi definido os líderes comunitários e outros representantes da sociedade civil, bem como representantes governamentais, chamados de conselheiros municipais, que participam de Conselhos de Políticas Sociais no Município do Recife. O público-alvo foi definido sob a premissa dessa parcela da sociedade ser diretamente atuante no Controle Social do Município por participarem de Conselhos de Políticas Sociais legalmente instituídos em diferentes áreas.

O Município de Recife foi escolhido por conveniência devido a facilidade de acesso aos dados e também por ser uma cidade de representatividade no cenário nacional. Pois se trata de um município que é uma das três maiores aglomerações urbanas da Região Nordeste. Outra forte característica do Recife é o seu poder de organização, de reivindicação e de negociação, atribuindo marca emblemática à cidade. O Recife possui grande número de organizações e movimentos populares que se fazem presentes nas várias instâncias de poder, procurando influenciar na concepção, formulação, implementação, monitoração e controle das políticas públicas.

Portanto, a tradição do Recife é de um povo que se envolve nas lutas pela liberdade e pelo direito à vida, pela democracia, pelo desenvolvimento sem exclusão. Isto revela um forte compromisso com as causas coletivas e assegura o apoio à gestão que tem por base a participação e o controle social.

O Município do Recife possui 18 Conselhos Municipais, dentre eles temos os chamados conselhos "obrigatórios", criados decorrentes do plano federal para que o município possa receber recursos financeiros federais e os "não-obrigatórios" são os criados por iniciativa municipal, geralmente voltados a defesa de direitos e ao controle social.

Foi realizada uma seleção de amostragem simples, com auxílio do Excel 2007, onde listamos todos os conselhos obrigatórios e todos os 'não obrigatórios' no intuito de listarmos a ordem dos conselheiros que poderiam ser pesquisados. A ordem dos conselhos sorteados pode ser visualizada na tabela a seguir:

Quadro 2 - Conselhos Selecionados

Conselho Municipal Assistência Social	Obrigatório
Conselho Municipal de Educação	Obrigatório
Conselho Municipal de Saúde	Obrigatório
Conselho Municipal de Defesa Dos Direitos da Criança e do Adolescente	Obrigatório
Conselho Municipal da Mulher	Não-Obrigatório
Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Idosa	Não-Obrigatório
Conselho Municipal de Meio Ambiente	Não-Obrigatório
Conselho Municipal da Pessoa Com Deficiência	Não-Obrigatório
Conselho Municipal de Segurança Alimentar	Não-Obrigatório
Conselho Municipal de Turismo	Não-Obrigatório

Fonte: Elaborado pelos autores.

Dos dez sorteados, seis foram pesquisados, três conselhos obrigatórios (Saúde, Criança e do Adolescente) e três conselhos não-obrigatórios (o De Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, o Da Mulher e o da Pessoa com Deficiência).

É importante mencionar que dentre os conselhos sorteados, estava o Conselho Municipal de Meio Ambiente, que não foi alvo da nossa pesquisa por estar em fase de nomeação dos conselheiros e por isso seus participantes ainda não teriam familiaridade com os assuntos ligados a atuação do conselho. Deste modo, este conselho foi substituído pelo seguinte da lista – Conselho municipal da pessoa com deficiência.

Outro conselho sorteado, porém não estudado, foi o Conselho de Educação, por ter se recusado a participar da pesquisa, alegando já existirem muitas pesquisas sobre este conselho, apesar de explicarmos que o objetivo do nosso trabalho era diferente dos trabalhos anteriormente realizados. No lugar do Conselho Municipal de Educação foi pesquisado o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A pesquisa foi realizada com 51 conselheiros municipais, sendo que destes, 52,9% eram representantes dos chamados Conselhos "Obrigatórios" e 47,1% dos conselhos "Não-Obrigatório".

Esta pesquisa teve contribuição do Observatório do Recife (ODR), que é um movimento da sociedade civil que reúne setores empresariais, acadêmicos, movimentos sociais e cidadãos, mobilizados com o intuito de selecionar, propor e monitorar indicadores da cidade do Recife na busca da melhoria dos níveis de vida de todos os que habitam a capital pernambucana.

O método utilizado foi o indutivo, que é quando se chega a conclusões gerais partindo de dados específicos e foi do tipo exploratória e descritiva, haja vista a pouca pesquisa sobre o tema e a busca de maiores informações sobre a contribuição da informação contábil para o exercício do controle social.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa é classificada como bibliográfica e de levantamento. A pesquisa bibliográfica foi realizada com base em livros, artigos científicos, dissertações, teses e sites da internet, que abordassem assuntos pertinentes ao estudo. Já a pesquisa de levantamento foi viabilizada através de questionário aplicado aos respondentes. Conforme Gil (2008), O levantamento tem como característica principal a interrogação direta de pessoas sobre um determinado assunto, por meio de um questionário.

Para coletar os dados da pesquisa, elaborou-se um questionário contendo perguntas pertinentes ao assunto do trabalho, distribuídas em três partes.

A primeira parte contemplou os dados do entrevistado (gênero, idade, participação em outro conselho, tempo de atuação, nível de escolaridade e segmento que representa). A segunda parte foi destinada a obter informações sobre o Conselho em que participa o respondente. A terceira e última parte do questionário buscou evidenciar o posicionamento do respondente acerca da percepção às características qualitativas da informação contábil utilizada no seu processo decisório.

Com o intuito de mensurar o grau de entendimento dos conselheiros, foi utilizada uma escala Likert-5, com o parâmetro de 1 a 5, onde um correspondia a "Discordo Totalmente" e cinco correspondia a "Concordo Totalmente", para que o respondente assinalasse a opção que melhor correspondesse a sua percepção acerca da incidência de cada uma das características qualitativas nas informações contábeis por ele utilizadas.

Com a finalidade de aplicarmos os questionários, participamos de algumas reuniões dos conselhos para apresentarmos a pesquisa e solicitar a colaboração de todos os conselheiros. Os questionários foram disponibilizados de duas maneiras, impressos e em meio eletrônico, através do googles docs.

Para analisar os dados coletados por meio dos questionários, foi realizada, primeiramente, uma análise descritiva dos resultados. Na segunda parte da análise, foram realizados os testes estatísticos não paramétricos que, segundo Bruní (2009), são usados quando não é possível supor ou assumir características sobre parâmetros de onde a amostra foi extraída, como, por exemplo, a premissa de população normalmente distribuída. Conforme Martins (2002), esses testes são especialmente úteis para dados provenientes de pesquisas da área de ciências humanas.

Foram utilizados os testes não paramétricos Qui-Quadrado, para as variáveis nominais e o coeficiente de Spearman, para as variáveis ordinais, considerando um nível de significância de 0,05, buscando evidenciar a existência de associações entre a percepção dos conselheiros municipais quanto as características da informação contábil e as variáveis da pesquisa. Tanto a análise descritiva quanto os testes estatísticos foram realizados com a utilização do software SPSS, versão 16.0.

7 ANÁLISES E RESULTADOS DA PESQUISA

Neste tópico são apresentados e analisados os resultados obtidos através da pesquisa realizada com 51 conselheiros municipais do Recife com o objetivo de identificar a percepção acerca das características qualitativas das informações contábeis.

7.1 Gênero

Com relação ao gênero dos pesquisados, observa-se na tabela 1 que 66,7% são do sexo feminino, evidenciando que está aumentando a participação ativa das mulheres no controle social e 33,3% são do sexo masculino.

	Frequência	%	% Válido	% Acumulado
Feminino	34	66,7	66,7	66,7
Masculino	17	33,3	33,3	100,0
Total	51	100,0	100,0	

Fonte: Elaborada pelos Autores.

Essa participação maior das mulheres nos conselhos também foi influenciada pela criação do conselho de defesa dos direitos das mulheres, onde 100% dos participantes são do sexo feminino, mostrando que as mulheres estão cada vez mais buscando participar de atividades políticas e sociais, demonstrando, portanto, que tanto homens quanto mulheres estão se descobrindo como sujeitos políticos, exercendo o controle social.

7.2 Idade

Quanto à idade, a maioria dos respondentes tinha acima de 45 anos (54,9%), seguindo de 15,7% dos conselheiros com idade entre 36 e 45 anos, 13,7% tinham idade entre 31 e 35 anos e 13,7% tinham idade até 30 anos, conforme tabela 02. Uma pessoa deixou de responder este item do questionário.

Tabela 2 - Idade

	Frequência	%	% Válido	% Acumulado
Até 30 anos	7	13,7	14,0	14,0
Entre 31 a 35 anos	7	13,7	14,0	28,0
Entre 36 a 45 anos	8	15,7	16,0	44,0
Acima de 45 anos	28	54,9	56,0	100,0
Total	50	98,0	100,0	
Não Respondeu	1	2,0		
Total	51	100,0		

Fonte: Elaborada pelos Autores.

7.3 Tempo de Experiência e Participação em Conselhos

Foi perguntado aos conselheiros se eles já haviam participado de outro conselho municipal, no intuito de verificar se os conselheiros já tiveram experiência na gestão de outro conselho. Da amostra analisada 49% dos conselheiros nunca participaram da gestão de outro conselho; 43,1% informaram que já atuaram em outro conselho de política pública e 7,8% não responderam a questão, conforme evidencia o tabela 03.

Tabela 3 – Participação em outro Conselho

	Frequência	%	% Válido	% Acumulado
Sim	22	43,1	46,8	46,8
Não	25	49,0	53,2	100,0
Total	47	92,2	100,0	
Não Respondeu	4	7,8		
Total	51	100,0		

Fonte: Elaborada pelos Autores.

Ainda no intuito de verificar a experiência dos conselheiros como agente de um conselho de política pública, foi perguntada a quantidade de mandatos que eles possuíam, e 51% informaram que estavam no seu primeiro mandato, 37,3% estavam no segundo mandato e 2% estavam no terceiro mandato, 3,9% estava no Quarto mandato e 2% estavam no seu quinto ou mais mandatos. Não responderam a questão 3,9% dos pesquisados.

Tabela 4 – Quantidade de Mandatos como conselheiro

	Frequência	%	% Válido	% Acumulado
Primeiro mandato	26	51,0	53,1	53,1
Segundo mandato	19	37,3	38,8	91,8
Terceiro mandato	1	2,0	2,0	93,9
Quarto mandato	2	3,9	4,1	98,0
Quinto mandato ou mais	1	2,0	2,0	100,0
Total	49	96,1	100,0	
Não Respondeu	2	3,9		
Total	51	100,0		

Fonte: Elaborada pelos Autores.

Analisando a tabela 3 e 4, percebe-se que a maioria dos conselheiros está iniciando a sua atuação em conselhos de políticas públicas, sendo indício de pouca experiência no trato de assuntos relacionados às atividades de conselheiros municipais, podendo dificultar, por exemplo, o seu papel de formular, acompanhar, propor e fiscalizar as ações do Poder Executivo Municipal e a execução das políticas públicas municipais.

Quanto ao nível de escolaridades da maioria dos respondentes é bom, pois 62,7% possuíam Ensino Superior ou mais, 7,8% estava em fase de conclusão do Ensino Superior, 7,8% possuíam o Ensino Médio completo, 5,9% com o ensino

médio Incompleto, 5,9% tinha o Ensino Fundamental completo e 7,8% possuíam o Ensino Fundamental incompleto.

7.4 Nível de Escolaridade

Observa-se, na tabela 05, que os conselhos municipais do Recife são compostos tanto por pessoas com nível de escolaridade alto como também por pessoas com baixo nível de escolaridade, diante disso, é necessário que as informações contábeis sejam capazes de ser útil aos diversos tipos de usuários.

Tabela 5 - Nível de Escolaridade

	Frequência	%	% Válido	% Acumulado
Ensino fundamental incompleto	4	7,8	8,0	8,0
Ensino Fundamental Completo	3	5,9	6,0	14,0
Ensino Médio incompleto	3	5,9	6,0	20,0
Ensino Médio Completo	4	7,8	8,0	28,0
Ensino Superior Incompleto	4	7,8	8,0	36,0
Ensino Superior Completo ou mais	32	62,7	64,0	100,0
Total	50	98,0	100,0	
Não Respondeu	1	2,0		
Total	51	100,0		

Fonte: Elaborada pelos Autores.

7.5 Tipo do Conselho

Os conselhos municipais podem ser classificados como sendo do tipo “obrigatório”, que são aqueles constituídos a partir de lei federal e que sua constituição é obrigatória para que o município receba recursos federais ou do tipo “não-obrigatório”, que são aqueles criados por iniciativa dos gestores municipais.

Tabela 6 - Tipo do Conselho

	Frequência	%
Obrigatório	29	56,9
Não-Obrigatório	20	39,2
Não sabe informar	2	3,9
Total	51	100,0

Fonte: Elaborada pelos Autores.

Esta pesquisa foi realizada com 03 conselhos obrigatórios e 03 não-obrigatórios, desses conselhos pesquisados obtivemos resposta de 52,9% dos conselheiros pertencente a um conselho obrigatório e 47,1% dos conselheiros eram de conselhos não obrigatórios.

7.6 Análise das Características Qualitativa da Informação Contábil

A análise desse bloco de questões consiste em evidenciar a percepção dos conselheiros municipais acerca das características qualitativas, onde tais usuários deveriam responder se concordavam ou discordavam sobre a

presença de cada uma delas nas informações contábeis (demonstrações obrigatórias).

Tabela 7 - Resumo da percepção dos Conselheiros sobre as características qualitativas da Informação Contábil

Características	N	Respostas			O Conselheiro percebe a característica na informação?
		Discordância	Indiferente	Concordância	
Compreensibilidade	46	58,7	26,1	15,2	Não
Relevância	44	59,0	18,2	22,8	Não
Tempestividade	44	52,3	25,0	22,7	Não
Valor Preditivo	44	27,3	34,1	38,6	Não se pode afirmar
Valor de Feedback	44	31,9	29,5	38,7	Não se pode afirmar
Confiabilidade	44	36,4	31,8	31,8	Não se pode afirmar
Representação fiel e Neutralidade	45	26,7	33,3	40,0	Não se pode afirmar
Comparabilidade	44	25,0	36,4	38,7	Não se pode afirmar
Consistência	44	26,7	31,1	42,2	Não se pode afirmar

Fonte: Elaborada pelos Autores.

Na tabela 7, pode-se verificar o resumo da percepção dos conselheiros municipais a respeito das características qualitativas da informação, estas serão consideradas como percebida ou não pelos conselheiros se tiverem mais de 50% dos respondentes concordando ou não com a existência do requisito. As características que não tiverem 50% ou mais de discordância ou concordância serão tipificadas como “não se pode afirmar”.

Observa-se que três requisitos para a informação ser considerada útil não são percebidos pelos conselheiros, são eles: compreensibilidade, relevância e tempestividade, conforme tabela 7.

A informação deve ser relevante face aos objetivos do usuário, caso contrário terá sido inútil o esforço de produzi-la. Inútil também será a produção de informação que não possua características que lhe garantam qualidade, pois de nada adianta emitir, transmitir e receber uma informação desprovida de certos atributos, como por exemplo, tempestividade, relevância, confiabilidade, entre outros (DIAS FILHO E Nakagawa, 2001).

Além disso, não basta que as informações sejam revestidas de qualidade se esta não for percebida por seus usuários. A compreensibilidade, por exemplo, é uma das características vitais à eficácia da informação contábil. Dessa forma, é necessário que as demonstrações contábeis se apresentem compreensível, principalmente para aqueles usuários que não possuem poder a ponto de determinar quais informações devem ser divulgadas.

Segundo Santos e Vasconcelos (2006), a compreensibilidade fundamenta-se no fato de que a informação somente terá utilidade para o usuário se ele conseguir entendê-la, ou seja, este atributo obedece à clareza e à objetividade na divulgação da informação contábil.

Ressalta-se, também, que dar publicidade à informação, através da divulgação de demonstrações contábeis, não significa que a informação é transparente, pois para ser transparente e útil é preciso que todo cidadão possa

obter e interpretar a informação completa, relevante, oportuna, pertinente e confiável, sobre a gestão de recursos.

Diante do exposto, verificou-se que os conselheiros municipais do Recife não percebem todas as características necessárias para que a informação contábil seja considerada útil como: compreensibilidade, relevância e tempestividade. Sendo indícios de que o processo de comunicação da informação contábil não está sendo eficiente.

7.7 Testes Estatísticos

Com intuito de identificar se havia associações entre a percepção dos conselheiros sobre as características qualitativas na informação contábil e algumas variáveis da pesquisa (Tipo de criação do conselho, tempo de experiência e nível de escolaridade) foram aplicados testes estatísticos não paramétricos cujos resultados serão analisados nos itens seguintes. Para tanto foram utilizados os testes Qui-quadrado e o coeficiente de Spearman com um nível de significância de 0,05.

Tabela 8 – Percepção das características qualitativas x tipo de criação do conselho

Características Qualitativas da informação x Tipo de criação do Conselho (Obrigatório ou Não-obrigatório)	Teste Estatístico			
	Qui-Quadrado	Significância	N	Análise (1)
Compreensibilidade	3,285	0,193	46	NS
Relevância	0,063	0,969	44	NS
Tempestividade	1,382	0,501	44	NS
Valor Preditivo	1,520	0,468	44	NS
Valor de Feedback	0,245	0,885	44	NS
Confiabilidade	0,174	0,917	44	NS
Representação fiel e Neutralidade	4,777	0,092	45	NS
Comparabilidade	7,877	0,019	44	*
Consistência	5,871	0,053	45	NS

(1) –NS significa Não Significante e * indica significância ao nível de 5%, ou seja, a avaliação da característica qualitativa da informação é diferente entre os dois grupos de conselhos (obrigatório e Não Obrigatório).

Fonte: Elaborada pelos Autores.

Observa-se que a maioria dos requisitos para qualidade da informação contábil não tem associação ao tipo de criação dos conselhos, ou seja, são variáveis independentes. Como o nível de significância foi superior ao padrão de 5%, logo se aceita a hipótese nula de que não há associação entre as variáveis. Percebe-se na tabela acima que apenas a comparabilidade existe associação com o tipo de constituição do conselho, pois seu nível de significância foi abaixo do padrão de 0,05.

Tabela 9 – Percepção das características qualitativas x tempo de experiência dos conselheiros

Características Qualitativas da informação x Tempo de Experiência dos Conselheiros	Teste Estatístico			
	Coeficiente de Spearman	Significância	N	Análise (1)
Compreensibilidade	-0,030	0,141	44	NS
Relevância	-0,092	0,153	42	NS
Tempestividade	0,76	0,148	42	NS
Valor Preditivo	-0,176	0,140	42	NS
Valor de Feedback	0,180	0,149	42	NS
Confiabilidade	0,003	0,154	42	NS
Representação fiel e Neutralidade	0,143	0,140	42	NS
Comparabilidade	0,001	0,152	42	NS
Consistência	0,299	0,135	43	NS

(1) –NS significa que a Não Significante e * indica significância de 5%, ou seja, a avaliação da característica qualitativa da informação é diferente entre tempo de experiência dos conselheiros.

Fonte: Elaborada pelos Autores.

Através dos resultados apresentados na Tabela 9 é possível verificar que não existiu associação entre a percepção quanto às características qualitativas e o tempo de experiência, pois nenhum dos resultados foram significativos ao nível de 5%.

Por fim, pode-se observar, na tabela 10, que a percepção dos conselheiros municipais do Recife quanto à característica qualitativa da informação contábil independe do nível de escolaridade dos conselheiros, pois tanto pessoas com boa escolaridade quanto as que têm baixa escolaridade, atualmente, percebem da mesma maneira as características qualitativas da informação contábil. Portanto, pode-se concluir que não há associação entre as variáveis, uma vez que o nível de significância de cada variável foi superior a 5%, aceitando-se a hipótese de nula de que não há associação entre as variáveis.

Tabela 10 – Percepção dos conselheiros quanto às características qualitativas x Nível de Escolaridade

Características Qualitativas da informação x Nível de Escolaridade	Teste Estatístico			
	Qui-Quadrado	Significância	N	Análise (1)
Compreensibilidade	1,532	0,821	45	NS
Relevância	1,582	0,812	43	NS
Tempestividade	1,745	0,782	43	NS
Valor Preditivo	3,472	0,482	43	NS
Valor de Feedback	4,502	0,342	43	NS
Confiabilidade	4,001	0,406	43	NS
Representação fiel e Neutralidade	2,955	0,565	44	NS
Comparabilidade	2,597	0,627	43	NS
Consistência	1,900	0,754	44	NS

(1) –NS significa que a Não Significante e * indica significância de 5%, ou seja, a avaliação da característica qualitativa da informação é diferente de acordo com o nível de escolaridade.

Fonte: Elaborada pelos Autores.

Verifica-se com os testes estatísticos que a percepção dos conselheiros municipais do Recife acerca da existência dos requisitos qualitativos na informação contábil não está associada a variáveis como tipo de criação dos conselhos, tempo de experiência dos conselheiros e nível de escolaridade, ou seja, a percepção dessas características independe das variáveis antes mencionadas.

8 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve por objetivo investigar a percepção dos Conselheiros Municipais do Recife a respeito da utilidade da informação contábil para o exercício do Controle Social, partindo da pré-condição de que a informação contábil é útil se contiver todos os atributos qualitativos da informação evidenciados na NBC T1 (Resolução CFC 1121/08).

Para tanto, procedeu-se uma análise descritiva dos dados, bem como a aplicação de testes estatísticos procurando identificar a existência de associações entre as variáveis.

A análise descritiva dos dados referentes às características qualitativas da informação contábil possibilitou chegar à conclusão de que os conselheiros municipais do Recife não percebem todos os requisitos necessários para que a informação seja considerada útil e que apesar deles terem interesse em utilizar a informação no exercício do controle social, a falta de clareza, transparência, compreensibilidade e tempestividade dificultam o uso dessas informações por esses usuários.

Além disso, observou-se que a percepção da maioria dos requisitos qualitativos da informação contábil pelos conselheiros não está associada ao tipo de criação do conselho (obrigatório e não-obrigatório), ao tempo de experiência e nem ao nível de escolaridade.

A dificuldade em utilizar e compreender a informação contábil pode ser influenciada pela ausência de treinamentos, falta de conhecimentos contábeis, linguagem difícil com muitos termos técnicos e por excesso de informações. .

Diante do exposto, conclui-se que a informação contábil da maneira como está sendo evidenciada não está cumprindo completamente com o seu papel de informar, não estando útil para o exercício do controle social e isso é decorrente tanto da ausência de requisitos importantes da informação contábil, bem como da falta de preparação dos conselheiros municipais para o exercício de um dos seus papéis no controle social, o de fiscalizador das contas públicas.

REFERÊNCIAS

- _____. **Controle Social – Conselhos municipais e controle social.** Portal da Transparência do Governo Federal, 2010. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/controlSocial/ConselhosMunicipaiseControlSocial.asp> . Acesso em: 05/06/2010. AGUIAR, A. B.de, FREZATTI, F.; REZENDE, A. J.. **Relação entre atributos do sistema de contabilidade e nível de satisfação dos usuários: uma análise em organizações brasileiras.** Revista Eletrônica de Administração. Porto Alegre: UFRGS, v. 11, n. 6, nov./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.read.ea.ufrgs.br>>. Acesso em: 29 set. 2009.
- BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº 785 de 28 de julho de 1995. Aprova a NBC T 1 – das características da informação contábil.** Disponível em: <http://fundata.org.br/legislacao>. Acesso em: 16/01/2010.
- BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº 1121 de 28 de março de 2008. Revoga a Resolução CFC nº 785/95. Aprova a NBC TG – Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.** Disponível em: http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1121.htm . Acesso em: 16/01/2010.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRESSER PEREIRA, L.C. **Reforma gerencial do Estado de 1995.** Revista Administração pública, v. 34, n.4, julho/agosto de 2000.
- BRUNI, A.L. SPSS aplicado à pesquisa acadêmica. São Paulo: Atlas, 2009.
- BUGARIĆ, B. **Openness and Transparency in Public Administration: Challenges for Public Law.** Wisconsin International Law Journal Vol. 22, No. 3 Challenges for Public Law, 2005.
- BUGARIN, M. S., VIEIRA, L.M., GARCIA, L. M., **Controle dos Gastos Públicos no Brasil,** Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2003.
- CAMPELO, K. S.. **Características qualitativas da informação contábil: uma análise do grau de entendimento dos gestores financeiros de empresas do setor elétrico brasileiro.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Ciências Contábeis, 2007.
- CAMPOS, C. S. **Informações Contábeis do Setor Público: Estudo de Caso do**

Balanco Financeiro da União / Cleber Silva Campos. Brasília : 2007. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2053724.PDF>. Acessado em: 25/01/2011.

CARLOS, F. A.. **Controle Social no Âmbito Municipal: um estudo sobre a utilidade dos relatórios da Controladoria Geral da União (CGU) na percepção dos conselheiros de políticas sociais no Estado de Pernambuco**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Ciências Contábeis, 2009.

CARVALHO, L. N.. **Contabilidade & ecologia: uma exigência que se impõe**. Revista Brasileira de Contabilidade. n. 75, p. 20-25, abril/julho 1991.

CARVALHO FILHO, J. dos S.. **Manual de Direito Administrativo**. 17 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

CASTRO, R. P. Aguirre de. **Sistema de controle interno: uma perspectiva do modelo de gestão Pública Gerencial**. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

CEPAM. **Informativo CEPAM: Conselhos municipais das áreas sociais**. 2.ed.ver.atual.ampl. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam. Unidade de Políticas Públicas, v.1, n. 3, 2001.

CKAGNAZAROFF, I. B.; ABREU, B. V. . **Governança Local e Participação como Estratégias na Avaliação e Promoção de Desenvolvimento Econômico Local**. In: 5º Congresso do Instituto Franco-Brasileiro de Administração de Empresas, 2009, Grenoble. 5º Congresso do IFBAE - Pólos Territoriais, Inovação e Internacionalização, 2009.COSTA, E. E. **Sua gestão empresarial tem contabilidade transparente ou é simplesmente existencial?** Blog Contábil, 2010. Disponível em: <http://www.blogcontabil.com.br/2010/05/sua-gestao-empresarial-temcontabilidade-transparente-ou-e-simplesmente-existencial/>. Acesso em: 6/07/2010.

DIAS FILHO, J. M.. **A Linguagem Utilizada na Evidenciação Contábil: uma Análise de sua Compreensibilidade à Luz da Teoria da Comunicação**. Caderno de Estudos, São Paulo, FIPECAFI, v.13, n. 24, p. 38 - 49, julho/dezembro 2000.

DIAS FILHO, J. M.. NAKAGAWA, M.. **Análise do processo da comunicação contábil: uma contribuição para a solução de problemas semânticos, utilizando conceitos da teoria da comunicação**. Revista Contabilidade e Finanças. São Paulo: USP, v. 15, n. 26, p. 42-57, mai./ago. 2001.

DIAS, C. B. P.; NEVES, I. R. B.; OLIVEIRA, J.R.S., MARTINEZ, A.L. **Ruídos na comunicação entre a contabilidade e os seus usuários**. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2004.

ERUNDINA, L.. **Desenvolvimento social e a participação da sociedade local na gestão pública municipal**. In: Para que participação popular nos governos locais? São Paulo: Instituto Pólis/ Instituto Cajamar/IBASE/FASE, fevereiro, 1996, p.11/16.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS SFAC n.º 2 "QUALITATIVE CHARACTERISTICS OF ACCOUNTING INFORMATION" Stanford, Connecticut. FASB, 1980. Disponível em: <<http://www.fasb.org>>. Acesso em: 03/04/2010.FUJI, A. H. ; SLOMSKI, V. . **Subjetivismo Responsável: Necessidade ou ousadia no estudo da contabilidade**. Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo, v. 1, p. 33-44, 2003.

FREZATTI, F.. AGUIAR, A. B. de. REZENDE, A. J.. **Relacionamento entre atributos da Contabilidade Gerencial e Satisfação do usuário**. RAM – revista de administração mackenzie Volume 8, n. 2, 2007, p. 128-161

GARCIA, M. S. V. **Trajetória do Controle Social na Política de Assistência Social**. Trabalho de Conclusão de Curso do Programa de Formação de Conselheiros Nacionais - apresentado a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2010. Disponível em:

<http://www.secretariageral.gov.br/.arquivos/monografias/Maria%20Salette%20Cavaler%20Garcia.pdf>. Acessado em: 20/01/2011. GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERREIRO, R.. **Modelo conceitual de sistema de informação de gestão econômica: uma contribuição a teoria da comunicação da contabilidade**. 1989. 385 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

GOHN, M.G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo, Cortez, v. 84, 3ªed, 2001.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDÁ, M. F. **Teoria da Contabilidade**, tradução de Antônio Zoratto Sanvicente. – 1 ed. – 7. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Teoria da Contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004. INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD BOARD (IASB). **Framework for the preparation and presentation of financial statements**. Iasb, 1989.

MARTINS, G. de A.. **Estatística geral e aplicada**. São Paulo: Atlas, 2002.

MAWAD, A. P. B.. **Sistema de informação e cidadania: um desafio na gestão de recursos públicos**. in: VI Prêmio Tesouro Nacional 2001. Monografias Vencedoras: Finanças Públicas, Brasília, STN, 2002, p. 511-549.

OLIVEIRA, L. **A evolução da Administração Pública no Brasil**. 2007. Disponível em: http://www.editoraferreira.com.br/publique/media/luciano_toq27.pdf . Acesso em: 14/03/2010.

PEREIRA, C. C.; RIBEIRO FILHO, J. F.; FRAGOSO, A. R. . **Comunicação em contabilidade: Estudo comparativo do nível de percepção de usuários da informação contábil em Florianópolis (SC) e Recife (PE) sobre a utilidade das representações gráficas no processo de evidenciação**. 4º Congresso Usp. 2004. Disponível em: <http://www.congress USP.fipecafi.org/artigos42004/67.pdf> . Acesso em: 22/09/2010. PEREIRA, J. C. da S; SILVA, R. de C.. **Evidenciação (Disclosure): O Produto Final da Ciência Contábil**. Revista Simonsen, Rio de Janeiro, Janeiro/2006. Disponível em: <
<http://www.simonsen.br/rds/contabeis/artigo4>>. Acesso em: 15/12/2010.

RIBEIRO, A.C. **Deliberação e Aprimoramento Democrático: O Controle Público No Conjuve-Bh1**. Cad. Esc. Legis., Belo Horizonte, v. 12, n. 18, p. 203-233, jan./jun. 2010

SANTOS, M. R. M.. **Desafios para a Democratização da Gestão Municipal através dos Conselhos Municipais: a questão da representatividade e da autonomia, 2004**. Disponível em:

http://lombagrande.org.br/arquivos/Mauro_Santos_democrat_gestao_pelos_CMUs.pdf . Acessado em: 10/01/2011.

SANTOS, A. V. S. M. ; VASCONCELOS, A. L. F. S. . **A Legitimidade dos Atributos da Compreensibilidade e da Confiabilidade da Informação Contábil implícita em Habermas**. In: 3º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 2006, São Paulo.

TOMAZELLI, G. F.; ZACARIAS, R. S.; REGO, S. M.; FARINA, S. R.. **CONSELHOS MUNICIPAIS DE ASSISTENCIA SOCIAL ENTRE: A Simples Formalidade e a Efetiva Participação**. Intertem@s social, Vol. 1, No 1 (2008)

UMANN, J.M.B. O CONTROLE SOCIAL E PÚBLICO DA GESTÃO FINANCEIRA **DA EDUCAÇÃO ATRAVÉS DOS CONSELHOS MUNICIPAIS EM TRIUNFO / RS**. III Simpósio Internacional – Políticas Públicas, Gestão da Educação, Formação e Atuação do Educação. 2008.